

GLOBALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Aline Ribeiro

Resumo: Nesta comunicação se discute o trabalho docente em um curso tecnológico. O objetivo é contribuir com investigações sobre os investimentos ligados aos cursos tecnológicos. O referencial teórico apoia-se em Alves (2011), Braverman (1981), Frigotto (2006), Lazarrato e Negri (2001), Marx (1985), Mészáros (2011). Esses autores tratam das consequências de um ensino de interesse empresarial. Os resultados evidenciam como as revoluções industriais e a globalização atuam sobre as profissões tecnológicas e se refletem no trabalho docente, mediante as exigências trazidas por um modelo de qualificação profissional. Conclui-se haver necessidade da melhoria das condições do trabalho docente, de modo que possa trazer contribuições sob a forma de projetos pedagógicos, que promovam o desenvolvimento da reflexão do aluno sobre sua profissão e as questões sociais que a envolvem.

Palavras-chaves: Globalização. Cursos tecnológicos. Trabalho docente.

Introdução

Nesta comunicação são apresentados resultados parciais de uma pesquisa em andamento. Ressaltam-se o conteúdo das atividades diante a necessidade constante de atualização de seus conhecimentos, e algumas consequências dessas exigências sobre a qualidade de vida do docente, em especial dos professores dos cursos superiores voltados à tecnologia relacionada à produtividade industrial.

Interessa a análise de como o desenvolvimento tecnológico modifica as formas de realização do trabalho, quanto ao ritmo da produção industrial com distintas mudanças, conforme os diferentes momentos da história do capitalismo, representados pelas Revoluções Industriais e seu impacto sobre a mão de obra urbana. À medida que os meios de produção e o comércio se desenvolvem, nota-se também o reflexo no direcionamento na educação.

Importa considerar nesse contexto o tipo e o foco de educação que se pretende. Se somente, a transmissão de informação ou a formação de um indivíduo consciente e questionador. No caso da segunda alternativa, a proposta seria preparar aulas com o uso das tecnologias digitais. Dessa forma se torna imprescindível a discussão sobre o tempo que se precisa para que seja possível realizar as atividades inerentes à docência, de modo a preservar

não apenas a qualidade de vida dos professores, mas também a contribuir com a qualidade do ensino.

A metodologia qualitativa na forma argumentativa e interpretativa toma como objeto, as alterações tecnológicas que configuram o trabalho docente em um mundo globalizado, em confronto com a análise do referencial teórico de autores que, segundo a abordagem do materialismo histórico, tratam da temática do trabalho, educação e tecnologia, como: Alves (2011), Braverman (1987), Fausto (2006), Frigotto (2006), Lazarrato e Negri (2001), Luxemburg (1983), Marx (1985), Mészáros (2011), Oliveira (2006), Ramos (2006). O objetivo é entender como essas alterações são discutidas e seu potencial para desencadear possíveis modificações das leis trabalhistas, quanto ao reconhecimento da intensificação do trabalho dos professores. Buscar-se-á contribuir com reflexões sobre o trabalho docente e a necessidade de atentar sobre o tempo necessário para o planejamento de suas atividades, em virtude da promoção de um ensino de maior qualidade.

1. Mudanças no trabalho e exigências postas à educação

Desde o início da Primeira Revolução Industrial até os dias atuais, a fuga do homem do campo para a cidade tem sido algo determinante em países capitalistas, mesmo que as formas de trabalho na zona urbana exijam diferentes níveis de instrução. Se o trabalho assalariado é a forma mais generalizada de subsistência, o valor desse trabalho estaria ligado à complexidade de sua realização, ao conhecimento para a sua execução e também confirmado pela oferta de vagas, em meio às oscilações do mercado de trabalho capitalista, como aborda Marx (1985) e enfatiza Braverman (1987).

As fábricas automatizadas tiveram que desenvolver a eficiência da equipe de trabalho, necessária ao cumprimento das metas em relação à demanda de seus produtos. Uma mão de obra, capaz de assimilar e utilizar os novos meios de produção, passa a ser mais uma preocupação do setor empresarial em um contexto competitivo de mercado, em promoção a uma mão de obra mais qualificada em que os recursos destinados à educação, são priorizados em uma política de combate ao desemprego.

De acordo com Marx (1985), os detentores dos meios de produção utilizam a mão de obra constituída pela massa de trabalhadores chegada do campo, para intensificar a produção em troca de um salário precário; o que resulta no aumento de seus lucros. Ainda, segundo Marx (1985), o tempo dedicado à produção da mercadoria pelo operário é determinante para o

valor do produto. Portanto, no contexto em que Marx (1985) estava inserido, já se faziam observações sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico, para a redução de operários, com a finalidade de obtenção da mercadoria com menores preços.

A revolução tecnológica trouxe, em si, a necessidade de novas posturas do homem em relação à utilização das inovações no setor industrial. Porém no que diz respeito à automação industrial dos bens de produção, o aumento das máquinas na indústria causou uma onda de desemprego em que foi em grande parte absorvida pelo setor de serviços no Brasil.

Analisando-se os dados da participação do emprego da indústria de transformação no emprego total, cabe observar que o ano de 1986 é o ano de inflexão, no qual essa participação chega a 27%. Nos anos subsequentes, a tendência é de um declínio constante até o ano 2000, caindo sua participação para 18,6% do emprego formal total. (SCATOLIN et al, 2007, p.108)

Outros fatores para a realização da produção capitalista, conforme Braverman (1987) seria o mercado consumidor de poder aquisitivo capaz de adquirir os produtos industrializados. Contudo, esse mercado se torna abrangente com a diminuição das fronteiras do comércio, e também, devido aos investimentos governamentais que melhoram a eficiência do transporte e dos meios de comunicação. Consequentemente ocorreu à ampliação da concorrência industrial sobre esses novos mercados consumidores, instigando o aumento da produtividade e a redução dos custos dessa produção; ocasionando uma alteração na organização do trabalho que facilitou a mudança, para uma nova indústria automatizada. Porém, se antes era necessária uma mão de obra braçal, de fácil treinamento, passou-se a necessitar de uma mão de obra mais especializada. Dessa forma a educação relacionada às profissões ligadas a produtividade industrial, passa a ser um dos fatores primordiais para as instalações de empresa em localidades que oferecem esse tipo de formação, em que se fazem necessários investimentos significativos em educação.

Os avanços tecnológicos mostram a necessidade e ritmo da educação voltada as tecnologias industriais, com o início da Primeira Revolução Industrial, no término do século XVII, tiveram a máquina a vapor, como sua principal alavanca energética para o avanço da tecnologia da época, principalmente, ao que se refere ao transporte. Em seguida ocorreu a Segunda Revolução Industrial, no fim do século XIX, advinda da eletricidade, essencial ao desenvolvimento de novos equipamentos domésticos; e a Terceira Revolução Industrial, com o desenvolvimento da microeletrônica, computadores e telecomunicação. Alves (2011) defende a existência da Quarta Revolução, a tecnológica, constituída das redes informacionais que teve como consequência uma grande transformação no modo de transmitir informação.

O termo revolução tecnológica, discutida por Alves (2011) trata da diferença entre o produto material e imaterial. Enquanto, na Primeira Revolução Industrial e na Segunda, as fontes de energia foram questões primordiais, na Terceira Revolução Industrial, o avanço da tecnologia, no que se refere à automação industrial, passa a ser a essência que alavanca os modos de produção. Nesta última, o fator que possibilitou o avanço tecnológico não é mais direcionado a novas fontes de energia destinadas à fabricação de produtos materiais, e sim aos meios que diminuem a participação do trabalho vivo na produção. Porém os métodos de produção ainda se relacionam apenas a produção material.

Na Quarta Revolução Tecnológica, referida por Alves (2011), com base no aumento do tráfego de informações, o produto passaria a ser também imaterial, pela possibilidade de abrangência e intensificação do trabalho de *marketing*. Este faz com que a demanda e o valor de um produto material oscilem de acordo com a qualidade da informação que o acompanha. O êxito desse trabalho seria consequência da divulgação eficaz do produto material.

No século XX, mesmo de forma tardia, o Brasil se industrializou. A “Quarta Revolução Tecnológica” fez com que a detenção do conhecimento nas áreas tecnológicas fosse mais valorizada, o que tornou o ensino superior mais necessário e, por consequência mais democratizado em muitos países, após a maior oferta do ensino médio. Nota-se que o processo educativo continua a se estender e o conhecimento sistematizado se torna praticamente, sinônimo de melhores oportunidades de emprego.

Em muitas áreas de trabalho, há carência de profissionais habilitados, mesmo com a abertura de vagas em universidades particulares, pois a realidade financeira da maioria dos jovens não permite que eles tenham oportunidade de frequentar uma instituição educacional paga. Diante dessa questão, o governo brasileiro passou a incentivar o preenchimento de vagas no ensino superior privado com a criação de programas de bolsas, com a condição de as universidades particulares contempladas oferecerem a mesma qualidade de ensino que as universidades públicas. De acordo com Schultz (1973, p.19): “As escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria”. O governo passou, então, a ser um órgão fiscalizador das instituições privadas por meio do MEC (Ministério da Educação), com exigência de metas a serem cumpridas.

Ao analisar o ensino público e o particular, verifica-se um evidente conflito de interesses. Uma entidade com fins lucrativos se comporta de forma empreendedora quanto ao

ensino, pois a massa de alunos passa a ser bem vinda, devido ao fato de uma instituição particular necessitar deles para o seu crescimento e a manutenção do seu capital.

A superlotação em salas de aula deixa transparecer o quanto é aplaudido, por um grande número de instituições particulares de ensino, o atendimento ao maior número possível de aluno, porém, sem prejuízo da qualidade esperada do ensino, que possa afetar, negativamente, seu conceito. Assim, deve permanecer garantida a credibilidade, como universidade, com uma avaliação positiva do MEC.

Mediante a atual situação, passa a existir uma sobrecarga de exigências sobre o docente universitário, principalmente, no setor privado, com reflexos para a sua falta de liberdade pedagógica, resultado de uma programação conteudista devido à redução do tempo de duração de alguns cursos, tendência que se verifica nas últimas décadas. Percebe-se que a sobrecarga, não apenas, física, mas também emocional, devido ao aumento do público atendido por um único docente. Fica claro que se deve repensar sobre o tempo e a forma que esse professor é exposto em sala de aula. A evolução da tecnologia deve trazer para o ensino, melhorias que resultem na qualidade da educação e ao bem estar docente, e não apenas na possibilidade de se atender a uma demanda de alunos, e a garantir uma visão capitalista da escola e de seu papel.

2 Jornada de trabalho docente: traços de sua intensificação em tempos tecnológicos.

A globalização amplia os horizontes do consumismo, o que estimula o aumento da concorrência de um mercado aberto, com formas de trabalhos precários, e políticas que se rendem aos apelos dos grandes empresários para formulação de leis trabalhistas, destinadas ao favorecimento do próprio empresariado. Nesse cenário, o indivíduo tem necessidade de atualização contínua, para que ele consiga acompanhar as constantes inovações tecnológicas, mesmo que o tempo extra destinado a sua qualificação, não seja, normalmente, contado em sua carga horária de trabalho.

A jornada de trabalho, apesar de constar na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) a definição do teto máximo de 44 horas semanais e a fixação de um salário mínimo, com o objetivo de atender os requisitos básicos de sustento dos trabalhadores, atualmente, ela é discutida em relação às profissões insalubres, e à sua redução, pela necessidade de garantir formas de proteção à saúde física dos trabalhadores.

Os profissionais destinados a educação voltada às áreas tecnológicas, seja de nível superior ou técnico, sofrem na maioria das vezes mais do que os outros profissionais quanto à cobrança sobre a sua atualização de conhecimento, visto que são eles os responsáveis pela qualificação de outros profissionais.

De modo especial e com relação, ainda, à situação do trabalho docente, o reconhecimento legal sobre as atividades extras realizadas na residência do professor, após o horário previsto, com grande ocupação do tempo em planejamento de aulas e correção de provas, começa a se tornar tema de estudo, incluindo propostas de redução da carga horária em sala de aula, com vistas a uma melhor qualidade do ensino e saúde dos profissionais. Mas, ao se tratar da intensificação das atividades mentais, nota-se o atraso nas questões relacionadas à revisão da carga horária de trabalho docente, mesmo que esse desgaste seja plenamente evidente.

Há situações em que a qualidade de vida do professor pode ser concretamente afetada em face, da quantidade e diversidade de suas atividades, somadas à intensa cobrança por parte da clientela atendida. Isso também em função dos avanços tecnológicos que estão em conveniência da visão capitalista, a ampliação do número de alunos a ser atendidos por um professor em sala de aula, aumentando a sua preocupação quanto à repercussão de possíveis falhas, o que pode levá-lo a um acréscimo de ansiedade, fator comprometedor do rendimento profissional.

Marx (1985) trouxe à tona algumas questões sobre a jornada de trabalho, que, ainda hoje, continuam atuais para os trabalhadores. Como resposta detectada por Marx (1985), dos capitalistas em relação ao ritmo do trabalho considerava-se apenas as necessidades fisiológicas como delimitador da jornada de trabalho nas fábricas.

Sobre a jornada de trabalho as perguntas abordadas por Marx (1985, p.211) tais como: “Que é uma jornada de trabalho? De quanto é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho, cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho?”, permanecem e têm levado a vários estudos. As respostas marxistas foram reavaliadas em um novo contexto por outros pesquisadores e dentre eles, Alves (2011) que as destacou no contexto da chamada “Quarta Revolução Tecnológica”, considerando as transformações, em relação a espaço e tempo, no modo de realização do trabalho.

A consolidação das leis trabalhistas não reconhece o trabalho imaterial que transpõe a barreira do tempo, devido ao aumento da velocidade de trânsito, das informações impostas pelos avanços das tecnologias de comunicação que invadem os lares a todo o momento. E

nessa diferença de contexto, como responder às questões: Qual jornada de trabalho ideal para propiciar uma melhor qualidade de vida? Quanto tempo extra o capitalista pode utilizar da força do trabalho vivo, de acordo com a legislação? Qual seria o valor mínimo justo a ser pago ao trabalhador? Pode-se obter respostas diferentes, quando se depara com os profissionais da comunicação e informação em relação aos outros profissionais.

As tecnologias tratadas na “Quarta Revolução Tecnológica” geraram novas posturas profissionais no mercado trabalhista, com o acréscimo de exigências em relação a uma jornada de trabalho. Como se poderia responder, nos dias de hoje, a tal questão no cotidiano dos professores, que teriam de levar à escola, uma grande diversidade de conhecimento, que provem do rádio, televisão e internet? Pode-se questionar ainda: Como as instituições de ensino se utilizam das tecnologias informacionais como ferramentas pedagógicas? Qual seria a familiaridade dos docentes em relação a tais instrumentos? Qual será a abrangência referente à quantidade de alunos, com o uso das tecnologias informacionais? Os docentes dispõem de tempo extra para a capacitação quanto ao uso das inovações tecnológicas? Como a legislação trabalhista irá considerar o trabalho docente, com o uso das tecnologias informacionais? Como será tratado, com relação à jornada de trabalho, o tempo do professor à disposição de seu ofício, para a realização de atividades fora de sala de aula? As respostas a tais questões podem ser uma luz, quanto ao entendimento do que vem a ser uma atual jornada de trabalho dos profissionais de ensino.

A discussão da legislação sobre as atividades extras docentes tem evidenciado a preocupação quanto à reestruturação da carga horária vigente diante o conteúdo, a quantidade, tempo e local de atividades a serem realizadas. É o caso, por exemplo, de se reconhecer que os docentes em férias não devem responder e-mails do local em que trabalham, pois isso se configura como indevido. A Lei nº 12.551/11 tende a facilitar a comprovação em juízo, na relação empregatícia referente ao trabalho à distância, por presumir a sua existência nessa modalidade de ensino.

A atualização em relação às mudanças e tendências, e a adaptação de uma tecnologia capaz de abastecer o mercado consumidor, influenciado pelo trabalho de *marketing*, impõem às universidades, um aumento crescente de vagas em cursos que envolvem comunicação, engenharia e sistema de informação.

Com o uso das tecnologias digitais impondo-se em quase todas as profissões, propicia-se que cursos destinados aos alunos que visam a um mercado de trabalho com novas exigências, tornem-se praticamente obrigatórios. Mas, mesmo as universidades investindo na

oferta de cursos tecnológicos, não se têm dado a devida ênfase, na conscientização de como os meios de produção e o consumismo afetam a sociedade induzida pelo *marketing*. “O que falta e para isso não se sente no projeto vontade política – é construir a materialidade de um projeto que rompa com a visão imediatista, mercadológica de educação” (FRIGOTTO, 2006, p.42). Os investimentos na educação deveriam priorizar de forma equilibrada, a aprendizagem para um desenvolvimento reflexivo e as necessidades urgentes da formação do mercado de trabalho em todos os cursos técnicos e superiores, de forma que a diferença entre trabalhos mecanizados e intelectuais não resultem em uma grande diferenciação entre esses dois tipos de ensino.

A formação profissional, que se torna cada vez mais voltada para a necessidade das empresas e indústrias, faz com que a pressão de se obter mão de obra especializada em menor tempo, torne os cursos mais compactos e técnicos. O aumento dos cursos de tecnologia com o enxugamento de conteúdo teórico acaba por negligenciar matérias generalistas. Esse fato pode ser constatado nas últimas décadas, com a redução de disciplinas e número de aulas na grade curricular do ensino médio integrado com o técnico, essenciais ao desenvolvimento social do aluno, porém com uma formação a quem precisa de um meio rápido de se qualificar.

[...] a tentativa de implantar os cursos de tecnólogos de curta duração, somente na área de engenharia da produção. Por outro, um projeto de expansão do ensino técnico com a criação de 200 escolas técnicas industriais e agrotécnicas. Em relação aos cursos tecnólogos, a resistência veio tanto das críticas pelo campo da esquerda quanto da cultura do “bacharel” ou do diploma superior. (FRIGOTTO, 2006, p.42)

No contexto atual, o ensino tecnológico diferencia-se em superior ou técnico. Neste último considera-se a prática e a transmissão de informação, enquanto que no superior tem-se ênfase na formação que direciona o indivíduo a um desabrochar mais questionador. Na segunda opção a proposta seria preparar aulas com o uso das tecnologias de base microeletrônica, de modo a desenvolver a reflexão dos alunos direcionando a sua capacidade cognitiva, voltada à resolução de problemas do seu campo de atuação em específico. Algumas leis começam a tentar regulamentar a profissionalização do ensino médio.

A profissionalização compulsória imposta pela Lei n. 5.692/71 (tornando opcional pela Lei n.7.044/82), tal como a separação entre o ensino médio e a educação profissional estabelecida pelo Decreto n. 2.208/97, é expressa de ações autoritárias que, por terem essa característica, não conseguiram encontrar respaldo entre aqueles que lidam com a problemática da formação profissional. (OLIVEIRA, 2006, p.151)

Dessa maneira, há duas formas de oferta de ensino médio: uma para o preparo de futuros universitários e outra para atendimento imediato do mercado de trabalho. A segunda opção se refere aos cursos técnicos integrados, em que a carga horária de estágio é definida conforme a necessidade de atendimento à demanda da formação de mão de obra específica.

A exigência por uma carga horária de trabalho justa de acordo com o número de trabalho extraclasse, e o tipo de atividade ministrada em sala de aula, se relaciona com o que a sociedade espera da formação do aluno. Ao se buscar a empregabilidade do curso, na necessidade de um investimento em educação em curto prazo as formas de reprodução do trabalho docente, através das ferramentas atuais de comunicação, e as exigências sobre as suas abrangentes funções nas instituições de ensino, passam a transformá-lo em um aplicador e avaliador do conhecimento, em que o tempo para a qualificação e preparação das aulas por esse professor, são de fato menosprezados em virtude de sua produtividade em sala de aula.

Conclusão

As razões econômicas que trouxeram as atuais complexidades para o trabalho dos docentes, a partir do século XX, constituem um importante assunto a ser tratado, pois, o entendimento das circunstâncias históricas evidencia uma posição de exploração em relação aos trabalhadores da educação. Faz-se necessário o estabelecimento de novos rumos para o setor educacional, de forma que os profissionais do ensino não sejam tão afetados em sua qualidade de vida.

A reestruturação produtiva marcou a economia, com o desenvolvimento de um mercado de trabalho mais competitivo, somado à contribuição de fatores históricos como: guerras, trabalho feminino, desenvolvimento dos meios de comunicação. Em face desse contexto, a legislação trabalhista, resultado da queda de braços entre o detentor do capital e o trabalhador, tinha-se a defesa da ideologia comunista que ressaltava o bem estar social. Porém, com as políticas neoliberais, a regulamentação do trabalho no ocidente passou a ser um obstáculo à “reprodução capitalista”, conforme abordado por Marx (1985). O *marketing* promovido pelas empresas famintas de mercados consumidores, e a necessidade de promover produtos com valores mais competitivos fizeram com que a última reestruturação produtiva, terminasse por obedecer às tendências de mercado, afetadas por influências culturais. Devido a essa explosão de *marketing*, após a inserção dos novos meios de comunicação, decisivos para o aumento do consumo resultaram também a expansão do setor industrial.

Após a década de 70, a flexibilidade da produção, passou a ser mundialmente adotado por adaptar-se às oscilações econômicas, influenciadas pelas rápidas mudanças do mercado consumidor. E a demanda por mão de obra especializada tornou-se mais requisitada, mesmo não estando ao alcance de muitos países.

Dessa forma, por meio de incentivos para instalações de empresas multinacionais, que resultaram na redução de impostos e flexibilização do trabalho, ou em uma oferta de mão de obra mais barata. Porém, a barreira permanecia, ainda, na qualificação da massa trabalhadora. Como mais uma tentativa de sanar esse problema, o governo implantou uma educação mais técnica, em que o resultado refletisse, com mais rapidez, no crescimento econômico. Autores como Mészáros (2011) tratam de maneira negativa os reflexos do capitalismo sobre o trabalho intelectual.

[...] as complexas conexões existentes entre produção, financeirização (“a forma mais feichizada da acumulação”) e mundialização do capital, enfatizando que a esfera financeira nutre-se da riqueza gerada pelo investimento e da exploração da forma de trabalho dotada de múltiplas qualificações e amplitude global. E é parte dessa riqueza, canalizada para a esfera financeira, que infla o flácido capital fictício. (MÉSZÁROS, 2011, p.10)

Como resultado de tal política, atualmente os professores sofrem com uma exigência de trabalho, que se iniciou com a democratização do ensino fundamental e médio, estendidas até as universidades tanto públicas como particulares no Brasil, por meio de programas sociais.

Professores com especialização, mestrado e doutorado ainda são uma mão de obra escassa. Os detentores desses títulos são obrigados a atender uma quantidade maior de alunos, supostamente, por possuir mais habilidades, em meio a um cenário que envolve tecnologias de informação que propiciam um custo reduzido para a propagação do ensino. Percebe-se, portanto, que a essência da questão não seria facilitar o trabalho docente para obtenção de uma melhor qualidade de ensino, e sim diminuir os custos de formação.

As tecnologias ligadas à informação, utilizadas por muitas universidades, que atendem o aluno como um cliente, para a obtenção de lucro, como em uma empresa, considera seu produto, o conhecimento. A tecnologia, nesse sentido, torna-se uma ferramenta para obtenção da mais valia relativa através do trabalho docente. O que se constata em uma visão capitalista, e a falta de preocupação em formar um aluno mais consciente e questionador sobre o seu contexto social; que não seja indiferente quanto às relações éticas no mercado consumidor, e também, quanto às suas escolhas, que podem afetá-lo, enquanto sujeito envolvido nos processos de produção.

Referências

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.551/2011** do artigo 6º da CLT, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112551.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRIGOTTO, G. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. p. 25 - 54.

LAZARRATO, M e NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 3.ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, R. *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. p. 151 – 164.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 220 de 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=97871> Acesso em: 20 de julho de 2014.

SCATOLIN, D. F. et al. Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná. Porto Alegre, **Indicadores econômicos FEE**, v.35, n.1, p. 105-120, ago. 2007. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1546/1916>> Acesso em: 05 de julho de 2014.

SCHULTZ, W. T. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Cidade: Zahar, 1973.